



MENSAGEM Nº 006/2020

Ipueiras-CE, 20 de fevereiro de 2020.

Sr. Presidente,

Srs. Vereadores,

Tenho a honra de remeter à apreciação de Vossa Excelência e de seus dignos Pares, o anexo **PROJETO DE LEI Nº 006/2020 de 20/02/2020** que **DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DO VENCIMENTO BASE DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO E COMISSIONADO, INTEGRANTES DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, BEM COMO O PISO SALARIAL BASE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS OCUPANTES DE CARGOS DA CATEGORIA MAGISTÉRIO DOCENTE, REMUNERADOS ATRAVÉS DA RECEITA DO FUNDEB, ADEQUAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO DE SERVIDORES E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Poder Executivo de Ipueiras, mesmo diante da crise econômica estrutural que abala o país há alguns anos e se reflete no repasse de verbas aos municípios, vem empreendendo esforços no sentido de garantir o piso salarial determinado em lei aos seus profissionais, mesmo àqueles que já percebem remuneração acima do piso.

Na execução do referido Projeto, foi aplicado o índice de reajuste de **4,71%** (quatro vírgula setenta e um por cento) para a remuneração básica dos servidores efetivos e comissionados.

No tocante à categoria do Magistério Docente, seguindo a prática administrativa adotada por municípios que são referência em gestões orçamentárias, como o Município de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, que já estabeleceu paradigma semelhante, será aplicado o reajuste de **12,84%** (doze vírgula oitenta e quatro por cento), a ser implementado no percentual de **6,42%** (seis vírgula quarenta e dois por cento) a partir da publicação desta Lei, com a complementação de **6,42%** (seis vírgula quarenta e dois por cento) a partir do último mês do segundo quadrimestre do corrente ano, garantindo-se a finalização do exercício com a aplicação do reajuste do piso estipulado pelo Ministério da Educação.

Além disso, o incluso projeto estabelece ainda aos proventos de aposentadorias e pensões pagos pelo Fundo Municipal de Seguridade Social – FMSS que recebam remuneração de até um salário mínimo o reajuste equivalente a **4,71%** (quatro vírgula setenta e um por cento) e um reajuste de **4,48%** (quatro vírgula quarenta e oito por cento) para os aposentados e pensionistas que receberem remuneração superior ao salário mínimo nacional vigente.

Ao tempo em que encaminhamos o referido projeto para esta augusta casa legislativa reafirmamos o compromisso com a valorização dos servidores públicos municipais reconhecida por meio de reajuste salarial sempre que as condições orçamentárias nos autorizam.

Certos de merecer o respaldo necessário dessa Casa Legislativa na aprovação da matéria em tela, renovamos protestos de elevada estima e consideração.



RAIMUNDO MELO SAMPAIO
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº 006/2020

Ipueiras-CE, 20 de fevereiro de 2020.

DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DO VENCIMENTO BASE DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO E COMISSIONADO, INTEGRANTES DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, BEM COMO O PISO SALARIAL BASE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS OCUPANTES DE CARGOS DA CATEGORIA MAGISTÉRIO DOCENTE, REMUNERADOS ATRAVÉS DA RECEITA DO FUNDEB, ADEQUAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO DE SERVIDORES E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRAS, ESTADO DO CEARÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS, submete ao Plenário do Poder Legislativo Municipal de Ipueiras, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reajustado em 12,84% (doze vírgula oitenta e quatro por cento) o piso salarial base dos servidores municipais ocupantes de cargos da categoria Magistério Docente, remunerados através da receita do FUNDEB, de forma escalonada, com aplicação do índice de 6,42% (seis vírgula quarenta e dois por cento) a partir da publicação desta Lei e complementação de 6,42% (seis vírgula quarenta e dois por cento) a partir do último mês do segundo quadrimestre do corrente ano, ambos os índices tomando por parâmetro o vencimento base do ano de 2019.

Art. 2º - Fica reajustado em 4,71% (quatro vírgula setenta e um por cento) o vencimento base de cargos de provimento efetivo e comissionado, integrantes da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional.

Parágrafo único. Será retroativo a 1º de janeiro de 2020 o reajuste concedido àqueles servidores que percebam remuneração equivalente ao salário mínimo vigente.

Art. 3º - Os proventos de aposentadorias e pensões pagos pelo Fundo Municipal de Seguridade Social – FMSS que recebem remuneração de um salário mínimo serão reajustados em **4,71%** (quatro vírgula setenta e um por cento), adequando-os ao valor estabelecido no *caput* do art. 1º da Medida Provisória n.º 919/2020, retroativamente a 1º de janeiro de 2020.

Parágrafo único. Para os aposentados e pensionistas que recebem benefícios com valor acima do salário mínimo, o reajuste será de 4,48% (quatro vírgula quarenta e oito por cento).

Art. 4º - Fica estabelecida a remuneração dos Conselheiros Tutelares em R\$ 2.090,00 (dois mil e noventa reais), com aplicação retroativa a 1º de janeiro de 2020.

Art. 5º - Fica determinado o pagamento da primeira parcela da gratificação natalina (13º), aos aposentados, pensionistas e integrantes de cargos comissionados da estrutura administrativa do Fundo Municipal de Seguridade Social, no mês de seus respectivos aniversários, devendo ser disponibilizada em conjunto com os vencimentos.

Parágrafo único. O aposentado ou pensionista que venha a perder a qualidade de segurado no decorrer dos seis primeiros meses do ano, caso já tenha se beneficiado da previsão contida no artigo anterior, deverá restituí-la proporcionalmente a data da perda da referida condição.

Art. 6º - As aposentadorias concedidas com fundamento no Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41 de 19 de dezembro de 2003, serão reajustadas pelo critério da paridade, isto é, conforme a regra prevista no Art. 7º da mesma Emenda, e com base no Art. 2º da Emenda Constitucional nº 47 de 05 de julho de 2005.

Art. 7º - As aposentadorias por invalidez permanentes dos servidores públicos municipais que ingressaram no serviço público até 31/12/2003, serão reajustadas, pelo mesmo percentual estabelecido aos servidores efetivos ativos, no mesmo cargo em que se deu a aposentadoria, segundo a determinação contida no Art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41 de 19 de dezembro de 2003,

concomitante com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012.

Art. 8º - As aposentadorias concedidas com fundamento no Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47 de 05 de julho de 2005, e as pensões por morte derivadas dos proventos das aposentadorias concedidas com base neste mesmo artigo, terão como forma de reajuste a paridade prevista no Art. 7º da Emenda Constitucional nº 41 de 19 de dezembro de 2003.

Art. 9º - A planilha de impacto orçamentário-financeiro, acompanhada da Declaração para fins de cumprimento ao disposto nos arts. 16 a 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal, constam dos Anexos I e II, integrantes desta Lei.

Art. 10 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, ressalvadas as decorrentes do FUNDEB, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Município, que serão suplementadas, em caso de insuficiência.

Art. 11 - Havendo saldo remanescente dos pagamentos efetivados com os 60% (sessenta por cento) dos recursos do FUNDEB durante o exercício financeiro de 2020, será distribuído proporcionalmente em forma de abono, conforme cronograma de desembolso a ser elaborado pela Administração Municipal.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Ipueiras-CE, aos 20 (vinte) dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte (2020).



RAIMUNDO MELO SAMPAIO
Prefeito Municipal

ANEXO I

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ARTIGOS 15, 16, 17 e 18 da LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 – LRF.

O presente Projeto de Lei trata do reajuste anual previsto no Artigo 37, Inciso X, da Constituição Federal.

Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro:

FONTE DE RECURSOS: TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E FUNDEB.

EXERCÍCIO	VR. (R\$)	PERÍODO
2020	R\$ 43.526.58,58	JANEIRO A DEZEMBRO
2021	R\$ 47.879.214,43	JANEIRO A DEZEMBRO
2022	R\$ 52.667.135,88	JANEIRO A DEZEMBRO

Paço da Prefeitura Municipal de Ipueiras-CE, aos 20 (vinte) dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte (2020).


RAIMUNDO MELO SAMPAIO
Prefeito Municipal

ANEXO II

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de cumprimento a Lei Complementar Nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF que as despesas decorrentes do incluso Projeto de Lei não afetarão as metas de resultados fiscais para este Município nos próximos três exercícios.

Paço da Prefeitura Municipal de Ipueiras-CE, aos 20 (vinte) dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte (2020).



RAIMUNDO MELO SAMPAIO
Prefeito Municipal